



365 dias de novos rumos

Após um ano de nova governança, a Funasa demonstra bons resultados. O Relatório de Gestão de 2020, publicado em março deste ano, mostra aumento de 20% no volume de pagamentos da fundação, mesmo em ano de pandemia pelo novo Coronavírus. Os números resultam de atos de gestão estratégica, que focaram em planejamento, coordenação e controle, remanejamento de recursos da área-meio para áreas finalísticas, implementação de sistemas e ações que favoreceram a transparência e a integridade da fundação. Em 2020, foram publicados também os planos operacionais do planejamento estratégico institucional.

Página 6

SAÚDE E DIGNIDADE

Fundação visitou 248 localidades, em 66 municípios, para perfurar poços e levar água para regiões em escassez.



Foto: Suest-BA/Funasa

Página 12

TRÊS DÉCADAS DE FUNDAÇÃO

Funasa comemora 30 anos promovendo a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

30 anos



Página 4

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SANEAMENTO BÁSICO DO BRASIL É PRIMORDIAL

Panorama do Controle Social no Saneamento Básico produzido pela Funasa, em parceria com a OPAS, faz um raio-x de 4.905 municípios brasileiros. O estudo mostra como tem sido visto o saneamento no Brasil.



Página 10



Foto: Lucca Decia/Funasa

1º CICLO DE APRESENTAÇÃO DE PESQUISAS APOIADAS PELA FUNASA

Evento *on-line* promovido pela Copae/Desam reúne, em quatro encontros, resultados de pesquisas apoiadas pela Funasa. O primeiro ciclo demonstra a importância de financiar estudos em saneamento e saúde ambiental.

Página 3

Caro leitor,

Iniciamos a edição de julho do boletim informativo Funasa Notícias falando sobre os 30 anos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Mesmo em um momento tão adverso como o que estamos vivendo, de pandemia, a fundação teve que se reinventar, justo quando o órgão completou três décadas de existência e de serviços prestados à população brasileira. Esta instituição reuniu os melhores técnicos à época de sua fundação, em 1991, mudou suas atividades ao longo dos anos, mas nunca perdeu a vocação de promover a saúde pública e a inclusão social em suas ações.

Atualmente, estamos nos reestruturando, aplicando atividades de coordenação e controle, por meio de princípios de governança, governabilidade, gestão e uma visão das cinco dimensões (5Ps) – Propósitos, Pessoas, Papéis, Processos e Prestações de Contas. Este é o tema da matéria de capa, com dados publicados no Relatório de Gestão 2020, que aponta uma tendência de alta de pagamentos dos saldos inscritos, materializada por atos de gestão que priorizaram os instrumentos em execução e o controle. Além disso, a fundação também ajustou suas expectativas, criando Planos Diretores que compreendessem os anos de 2021 a 2023, além de planos operacionais anuais, regulamentados pela Portaria Funasa nº 6.168, de 31 de dezembro de 2020.

A novidade do relatório de gestão mais recente ficou por conta da Cadeia de Valor, que surgiu após a celebração de um Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT), junto ao Ministério da Economia, em dezembro de 2020, contendo uma série de ações, com a finalidade de promover o aprimoramento institucional.

Ainda nesta edição, falamos sobre o 1º Ciclo de Apresentação de Pesquisas Apoiadas pela Funasa, que ainda está em curso. O objetivo da série de encontros *on-line* é esclarecer os principais resultados de projetos, provenientes de parcerias entre Funasa, universidades e institutos de ensino e pesquisa, difundindo esses conhecimentos para os servidores da instituição.

Outro assunto muito relevante é o Panorama do Controle Social no Saneamento Básico, publicado no dia 4 de maio de 2021 que destacou a importância da participação social na gestão de políticas públicas e a necessidade de capacitação dos gestores municipais. O estudo mostra como os municípios se organizam e faz um raio-x do saneamento pelo país.

E, para finalizar este boletim, mostramos o trabalho de perfuração de poços no estado da Bahia. Entre 2018 e 2020, a Funasa viabilizou a perfuração de 230 poços tubulares com investimento de quase R\$ 5 milhões e passou a levar água para 248 localidades, em 66 diferentes municípios baianos.

Temos muito a fazer e a Funasa segue forte, renovando-se a cada dia, levando a política pública a sério, buscando levar saneamento e saúde ambiental aos lugares mais longínquos deste nosso Brasil, sempre com a premissa de oferecer mais a quem menos tem.

Boa leitura.

Giovanne Gomes da Silva
Presidente da Funasa

Expediente

Presidente da República
Jair Bolsonaro

Ministro da Saúde
Marcelo Queiroga

Presidente da Funasa
Giovanne Gomes da Silva

Coordenação Geral e Edição
Daniel Ribeiro (MTb: 10680/DF)

Coordenação Editorial e Crossmídia
Marcos Almeida

Projeto Gráfico e Diagramação
Rafael B. Araújo

Ilustração
Mauro B. Almeida
Rafael B. Araújo

Redação e Revisão de Textos
Daniel Ribeiro (MTb: 10680/DF)
Lucca Decia
Isabella Almeida
Maria Luisa Pedrosa
Milena Castro

Tiragem
1.000 exemplares

Coordenação de Comunicação Social
Setor de Autarquias Sul (SAUS) -
Quadra 04 - Bloco N - 7º andar - Ala
Sul - Brasília/DF
CEP: 70.070-040
Fone: (61) 3314-6440
E-mail: imprensa@funasa.gov.br

Site na Internet
www.funasa.gov.br

Redes Sociais

-  twitter.com/funasa
-  facebook.com/funasa.official
-  youtube.com/user/Funasaoficial
-  instagram.com/funasa_oficial
-  flickr.com/funasaoficial
-  soundcloud.com/funasaoficial

1º Ciclo de **Apresentação de Pesquisas** Apoiadas pela **Funasa**

Promovido pela Copae/Desam, evento começou em abril e tem a proposta de compartilhar resultados de estudos acadêmicos feitos por meio de parcerias com a Funasa, como forma de gerar soluções práticas para as questões de saneamento. Próxima etapa está prevista ainda para julho

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), por meio da Coordenação de Projetos, Pesquisas e Ações Estratégicas em Saúde Ambiental (Copae), do Departamento de Saúde Ambiental (Desam), iniciou, em abril, o “1º Ciclo de Apresentação de Pesquisas Apoiadas pela Funasa”. Os encontros *on-line* esclarecem os principais resultados de projetos, provenientes de parcerias entre Funasa, universidades e institutos de ensino e pesquisa. “O investimento em pesquisas, notadamente, quando consideramos as características das populações beneficiadas com ações de saneamento básico e saúde ambiental à cargo da Fundação, é de fundamental importância, no sentido da identificação de novas tecnologias e suas características territoriais, onde se dá a implementação dessas respectivas ações. Isto justifica a brilhante iniciativa conduzida pela Copae que pretende, com a realização de ciclos de apresentação, demonstrar, de forma cabal, o acerto da estratégia”, afirma a diretora do Departamento de Saúde Ambiental, Deborah Roberto.

O Ciclo demonstra a importância de financiar linhas de pesquisas em saneamento e saúde ambiental e de contribuir para a universalização do saneamento, possibilitando maior participação dos servidores e colaboradores de todo Brasil junto ao corpo técnico da Funasa. “Notamos a necessidade de estudos e pesquisas com potencial de aplicabilidade prática de resultados. Os gestores públicos podem contribuir para a aproximação entre a academia e a sociedade, por meio de iniciativas mais alinhadas às demandas da população, na expectativa de trazer mais qualidade de vida às pessoas”, disse o coordenador da Copae, Marcelo Lelis.

Quatro etapas do 1º Ciclo

O primeiro encontro virtual trouxe os resultados do “Diagnóstico nacional quanto à presença de fármacos na água de abastecimento público: monitoramento, detecção *in-situ* e avaliação ecotoxicológica”, sob coordenação do professor Dr. Fernando Fabríz, da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb). A palestra apontou como a análise dos riscos à saúde humana e os riscos à saúde ambiental se complementam nas linhas de pesquisa.

No dia 12 de maio foi apresentada a segunda etapa do evento, com o desencadear do “Projeto de sistema individualizado de tratamento de esgoto para edificações em áreas rurais”, coordenado pelo professor Dr. Sandro Rogério Giacomelli, da Universidade Regional Integrada do Rio Grande do Sul (URI/RS). Foram desenvolvidos a pesquisa e a implementação do sistema individualizado de tratamento de esgoto, demonstrando os aspectos sociais, ambientais, econômicos, biológicos e científicos para a melhoria da qualidade de vida no meio rural.

O terceiro encontro, ministrado no dia 26 de maio, abordou o projeto “Desempenho de sistemas de tratamento de efluente sanitário por leito de macrófitas aquáticas emergentes para remoção de poluentes e reaproveitamento de nutrientes: Contribuições para o aprimoramento do uso e disseminação da tecnologia Sistremae”, coordenado pela professora Dra. Roseli Frederigi Benassi, da Universidade Federal do ABC (UFABC), que também contou com apoio da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). A reunião ressaltou a importância do conceito de saúde única – ambiental, humana e animal - para manter a execução adequada e viável dos sistemas.

No dia 24 de junho ocorreu o quarto encontro que tratou da pesquisa “Remoção de toxinas intra e extracelulares em água de abastecimento a partir de processos associados de flotação e adsorção em nanotubos de titanato e bentonita”, coordenada pela Dra. Lucila Adriani Coral, da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFT/PR).

Por meio de estudos como esses, é possível buscar alternativas para a otimização do controle da qualidade da água e diminuir os riscos à saúde local. ■



Coordenador da Copae, Marcelo Lelis (dir.), durante reunião virtual do 1º Ciclo.

Por Milena Castro com supervisão de Daniel Ribeiro

Funasa comemora 30 anos

Órgão vinculado ao Ministério da Saúde tem como missão promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental para comunidades tradicionais, rurais e municípios com até 50 mil habitantes



Foto: Arquivo/Funasa



Visita de guarda de endemias.

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental. Essa é a atual missão institucional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que completou três décadas no dia 16 de abril deste ano.

A Funasa surgiu em 1991, resultante da fusão entre as antigas Fundação Serviços de Saúde Pública (Fsesp) e Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), duas entidades de tradição que consistiam suas ações na prevenção e combate à doenças, educação em saúde, saneamento básico, pesquisas científicas e combate de endemias, em destaque nas regiões Norte e Nordeste.

Continuar e ampliar os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos, além de exercer papel relevante na efetivação da reforma sanitária promovida pelo Ministério da Saúde (MS), configurando-se como mais uma ação decisiva na implementação e ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS), foi o objetivo da criação do órgão.

A fundação, na época de sua instituição, foi chamada inicialmente de FNS e herdou diversas atribuições, tanto da Fsesp e da Sucam, como da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde (Snabs) e da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde (Snpes), relacionadas a imunização, engenharia de saúde pública, combate às endemias de transmissão vetorial, controle da tuberculose e da hanseníase, promoção e disseminação do uso da metodologia epidemiológica em todos os níveis do SUS, além da implementação de importantes programas de saúde pública, por meio do trabalho de coordenação com secretarias estaduais de saúde e diversas instituições técnico-científicas.

Foto: Arquivo/Funasa



Vacinação com Zé Gotinha.



Atenção básica à saúde indígena.

Em 1999, houve a primeira modificação na estrutura da fundação. Foi criado o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei) em todo o país. Com isso, a fundação foi responsável por dar assistência à saúde dos povos indígenas, por meio do Plano Integrado das Ações de Saúde Indígena, envolvendo ações de imunização, educação em saúde, vigilância ambiental e saúde mental.

Em 2000, foi adotado o nome Funasa, que permanece até os dias atuais, para evitar de vez que a população confundisse com o Fundo Nacional de Saúde (FNS).

O trabalho da fundação na saúde indígena desencadeou melhoras significativas nos indicadores gerais de saúde e na diminuição dos índices de mortalidade infantil. Em 2001, a Pastoral da Criança, parceira da Funasa, recebeu indicação para o Prêmio Nobel da Paz,

Foto: Edimar Chaperman/Funasa

representando o Brasil, por reunir mais de 150 mil voluntários que formaram uma grande rede de solidariedade em 3.351 municípios brasileiros e em 106 comunidades indígenas. Eles acompanharam mais de um milhão de famílias de comunidades carentes, com um trabalho de prevenção em saúde, ações de nutrição, educação e prevenção da violência contra a criança no ambiente familiar, apresentando resultados, especialmente, no campo da mortalidade infantil.

Quatro anos depois, em 2003, a fundação mudou novamente. O Centro Nacional de Epidemiologia (Cenepi) saiu da estrutura organizacional e foi instituído como Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), ligada ao MS. Com isso, a Funasa permaneceu responsável por prevenir e controlar doenças e outros agravos à saúde, assegurar a saúde dos povos indígenas e fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças.

Em 2010, após um longo e exitoso período, o Departamento de Saúde Indígena (Desai) foi transferido para o MS e tornou-se a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Também, no mesmo ano, foi criado na Funasa o Departamento de Saúde Ambiental (Desam), responsável pela execução das atividades relativas às ações de promoção e proteção à saúde ambiental, controle da qualidade da água para consumo humano, apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de

Foto: Alvaro Pedreira/Funasa



Qualidade da água com SALTA-z.

atuação e fomento à educação em saúde ambiental.

Atualmente, 30 anos após a sua criação, a fundação detém a mais antiga e contínua experiência em saneamento no país, implementando ações em áreas rurais, populações tradicionais, quilombolas, ribeirinhas e em municípios com até 50 mil habitantes, além de fomentar ações de auxílio aos serviços de manejo de resíduos sólidos, atendendo 88% dos municípios brasileiros.

Por conta de sua capacidade técnica e expertise acumulada, a Funasa tornou-se a principal responsável pela organização e execução do Programa de Saneamento Brasil Rural (PSBR), que tem como objetivo promover o saneamento para 40 milhões de pessoas residentes em áreas rurais no país até 2038, com a premissa de oferecer mais a quem menos tem. Além disso, as ações relacionadas ao saneamento rural foram impulsionadas pelo Novo Marco Legal do Saneamento.

A Funasa se orgulha desses 30 anos e agradece a todos que fizeram e ainda fazem parte da construção desta história, tão bonita e tão marcante para a saúde pública brasileira.

“A Funasa é uma referência para o Brasil, reunindo conhecimento herdado de duas instituições de penetração nacional – a Sucam e a Fsesp – e vem executando, ao longo de três décadas, uma política pública voltada a saúde e ao bem-estar de milhões de brasileiros, com objetivo de contribuir para universalização do saneamento, elevando o Brasil a um patamar de grandes nações, onde isso já é realidade. E não desistiremos. Persistiremos nessa caminhada. A Funasa é fundamental na realização deste projeto nacional, construído dia-a-dia, por todos os servidores e colaboradores, sempre com a premissa de oferecer mais a quem menos tem”- Coronel Giovanne Silva, presidente da Funasa. ■

anos 2020



Logo PSBR

PROGRAMA
SANEAMENTO
BRASIL RURAL
MELHORA O AMBIENTE, MELHORA A SAÚDE



Veja 30 anos em 30 imagens

Foto: Arquivo/Funasa



Fomento ao saneamento básico.

Novos rumos para a Funasa

Mesmo em um momento difícil, por conta da pandemia do novo Coronavírus, Relatório de Gestão aponta mudanças importantes sobre a fundação e evidencia uma guinada necessária para sustentabilidade das ações para os próximos anos

Um ponto de virada que foi responsável por um futuro mais promissor para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). É isso que o Relatório de Gestão de 2020, publicado em março deste ano, mostrou. Mesmo com o impacto sofrido pelo orçamento, a fundação conseguiu aumentar o volume de pagamentos em 20% - o que inclui os instrumentos de repasses financeiros - e reduziu o passivo institucional.

Houve uma pequena queda nos Restos a Pagar (RAP) – saldos dos empenhos não liquidados e liquidados, mas não pagos, até o encerramento do exercício financeiro de 2020 – o que não impediu que houvesse uma tendência de alta de pagamentos inscritos, a partir de 2020, como resultado de atos de gestão que priorizaram os instrumentos em execução.

A atual gestão movimentou recursos das áreas-meio, ainda no segundo semestre de 2020, com intuito de priorizar as ações das áreas finalísticas – saneamento e saúde ambiental – gerando uma economia de R\$ 30 milhões, se comparado ao exercício de 2019, em valores empenhados.

Segundo o presidente da Funasa, Coronel Giovanne Silva, foi feito um diagnóstico, o que possibilitou a execução de um plano de trabalho difícil, mas necessário para a instituição. “Recebi a prestação de contas de cada área e percebi, juntamente com a diretoria, o grande desafio que estava a nossa frente. Hoje, posso afirmar que reestruturar o órgão para as atividades de coordenação e controle foi a melhor forma de darmos sustentabilidade à Funasa”, afirmou.

No que diz respeito às ações, todos os contratos passaram por revisão e diversos foram substituídos por novos modelos, mantendo a conformidade com a legislação e adequados ao cenário atual da Funasa, trazendo uma economia aproximada de 50% em relação ao exercício anterior. Se comparado com exercício de 2018, a economia progressiva supera os 60%.

Em junho de 2020, a atual gestão optou por retornar ao prédio próprio da Presidência da Funasa, no Setor de Autarquias Sul, em Brasília, gerando uma economia de R\$ 7 milhões ao erário naquele exercício, uma vez que o aluguel custava cerca de R\$ 14 milhões, ao ano.

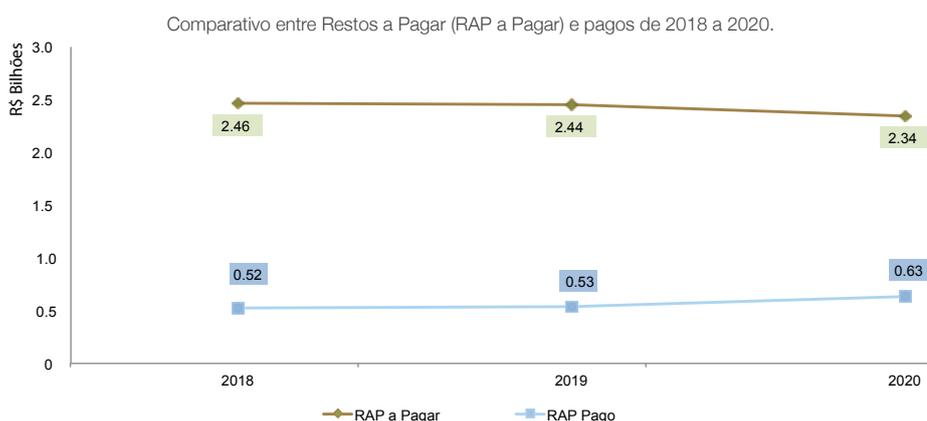
Além disso, as superintendências estaduais da Funasa passaram a dividir os espaços e as despesas de custeio, energia, água, vigilância e limpeza com outros órgãos vinculados ao Ministério da Saúde.

Plataforma +Brasil

Com o objetivo de melhorar o fluxo organizacional da instituição, proporcionando maior transparência e *accountability* nos dados divulgados na operacionalização dos convênios, a fundação aderiu, de forma inédita, à incorporação do Termo de Compromisso do Programa de Aceleração do Crescimento (TC/PAC) na Plataforma +Brasil, por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 1/2019, celebrado entre a Funasa e o Ministério da Economia, para implementação das funcionalidades de gestão do sistema.

O sistema será mais completo e seguro, possibilitando que a sociedade, parlamentares e órgãos de controle realizem o acompanhamento, em tempo real, dos instrumentos celebrados. A plataforma permite o rastreamento de todos os repasses financeiros realizados, desde a proposta até a entrega das obras, pela forma de pagamento por Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV).

A inserção dos documentos no sistema propicia uma análise mais segura e passível de verificação pelo público externo devido a sua transparência, o que estimula a participação social na gestão dos recursos repassados pela Funasa, por meio de diversos instru-



Fonte: Relatório de Gestão de 2020 da Funasa, 2021.

mentos celebrados, em parceria com os municípios.

A conformidade financeira também é outro aspecto importante no acompanhamento da execução física e financeira dos instrumentos celebrados e a abordagem sustentável também teve seu espaço com a diminuição da emissão de documentos impressos. Outra vantagem da Plataforma +Brasil é a agilidade proporcionada na comunicação entre a Funasa e os municípios conveniados, mitigando os ruídos de comunicação, por meio de ferramentas que atestam as documentações e notificações enviadas aos municípios.

Segundo a coordenadora-geral de Convênios da fundação, Elvira Lyra, o sistema possibilitou à área de convênios da Funasa maior transparência, agilidade no fluxo de atividades internas e otimização no acompanhamento dos instrumentos celebrados pela instituição. “Essa transparência possibilita aos cidadãos terem informações mais precisas e confiáveis dos instrumentos celebrados em qualquer município. Na Funasa, o uso da Plataforma+Brasil ajuda a avaliar a capacidade real de execução e finalização do objeto do convênio e aprimorar o monitoramento de possíveis condutas irregulares, além de desvios na aplicação dos recursos repassados, inclusive com a possibilidade da utilização de ferramentas de análise preditiva na prestação de contas dos convênios”, ressaltou.

Participação da Funasa no desenvolvimento

Com a integração dos Termos de Compromisso à Plataforma+Brasil, serão desenvolvidos módulos específicos para atender às demandas da Funasa. A intenção é concretizar toda a unificação do sistema no mês de dezembro deste ano e a finalização do projeto,



Fonte: Relatório de Gestão de 2020 da Funasa, 2021.

com o georreferenciamento das obras, no mês de julho de 2022.

Foram investidos, entre os anos de 2019 e 2020, mais de R\$ 3,4 milhões na parceria entre a fundação e o Ministério da Economia, o que agregou valor à Plataforma + Brasil, com funcionalidades necessárias para a execução dos instrumentos de repasse celebrados, atendendo às necessidades de outros órgãos da Administração Pública Federal. Em contrapartida, a Funasa passou a usufruir de toda a tecnologia disponível, ampliando o nível de transparência e controle dos recursos públicos geridos no âmbito do órgão.

Além do desenvolvimento do sistema, iniciou-se também a capacitação dos servidores, por meio de oficinas de treinamento da Plataforma +Brasil, que aconteceram via teleconferência. O primeiro treinamento ocorreu em dezembro de 2020 e contou com a participação dos colaboradores da Presidência e das Superintendências Estaduais da Funasa em Goiás, Mato Grosso e Tocantins. Outras oficinas acontecerão ao longo de 2021, com servidores das demais regiões do país. A intenção final é capacitar os servidores pertencentes aos quadros das prefeituras municipais, com o objetivo de atender à determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), oferecendo melhor assessoria aos municípios na contratação das obras e no acompanhamento

da execução, além dos conhecimentos relacionados à prestação de contas. A previsão é realizar o primeiro curso em outubro de 2021.

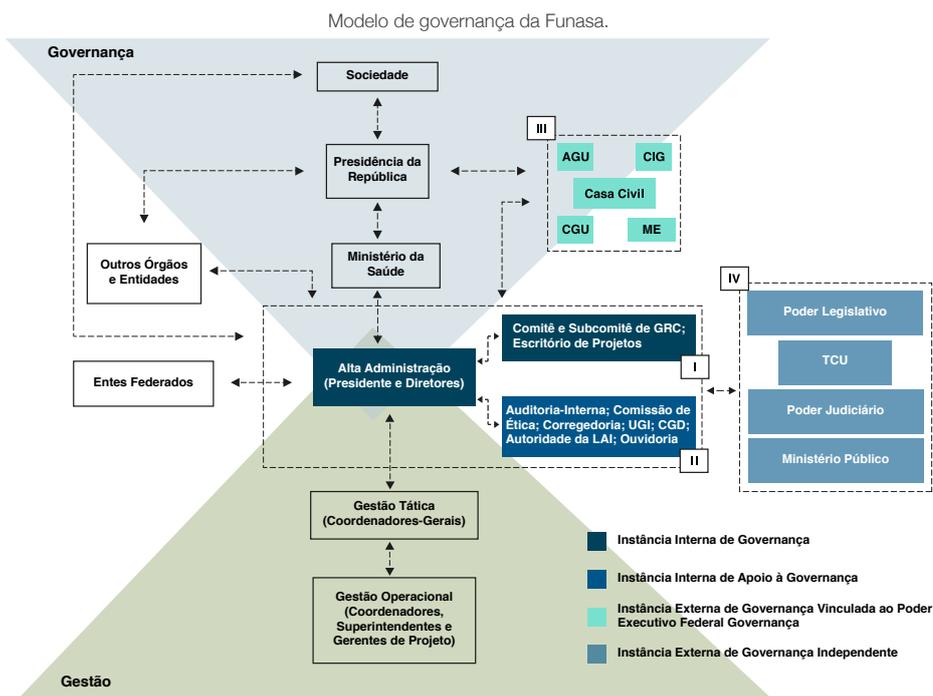
Foco no planejamento e na integridade

Para que os números atuais possibilitassem um ponto de inflexão em 2020, em relação ao histórico de desempenho institucional, foram fortalecidos os princípios da governança – legitimidade, responsabilidade, equidade, eficiência, transparência, probidade e *accountability*; governabilidade – tornar a imagem institucional mais favorável; gestão – planejamento, capacidade de execução e controle; e visão de cinco dimensões ou 5Ps da governança pública – Propósitos, Pessoas, Papéis, Processos e Prestações de contas. A começar pelo planejamento e pela integridade.

Por conta da pandemia da COVID-19 e das mudanças profundas em seu quadro gestor, a fundação também teve que ajustar suas expectativas, criando Planos Diretores que compreendessem os anos de 2021 a 2023, além dos planos operacionais anuais, conforme Portaria Funasa nº 6.168, de 31 de dezembro de 2020.

No mesmo período, promoveu a alteração do organograma, com a criação da Unidade de Gestão de Integridade (UGI), a formalização da Ouvidoria e o remanejamento da Corregedoria, com autonomia ligada ao presidente, com objetivo de constituir um sistema para gerenciar os riscos para a integridade da Funasa, de forma colegiada.

De acordo com a coordenadora da Coordenação de Planejamento e Projetos Institucionais (Copla), Pamela Vasconcelos, a integridade era uma das competências de sua área, mas, após as modificações feitas no regimento interno, o presidente da



Fonte: Relatório de Gestão de 2020 da Funasa, 2021.

fundação conseguiu institucionalizar a Unidade de Gestão de Integridade (UGI). “A integridade hoje caminha um pouco mais descentralizada, mas é claro que suas ações agregam mais ao planejamento e, com isso, podemos nos concentrar na execução dos ciclos do planejamento estratégico deste ano, que vai até 2023. Desenvolvemos várias iniciativas e parcerias em conjunto com as áreas técnicas, tanto na Presidência, como também nas Suest”, explicou.

Para o corregedor, Adriano Costa, a Corregedoria é um agente importante no sistema de integridade, como unidade administrativa independente, ligada apenas ao gestor máximo, para combater atos considerados nocivos à gestão pública. “A Corregedoria tem papel fundamental na promoção da integridade dos órgãos. Sua vinculação à Presidência garante independência e assessoramento, ao mais alto nível de decisão, em assuntos que afetam não só o ambiente interno, mas também, os cidadãos, que são usuários dos serviços prestados pela Funasa. Mesmo ha-

vendo o município como intermediário, na qualidade de prestador direto dos serviços ao cidadão, a fundação deve ter uma condução íntegra para impactar positivamente suas ações aos mais interessados”, ressaltou.

Cadeia de Valor

Uma das novidades este ano ficou por conta da apresentação da Cadeia de Valor, que surgiu após a celebração de um Plano de Gestão Estratégica

e Transformação Institucional (PGT), junto ao Ministério da Economia, em dezembro de 2020, contendo uma série de ações com a finalidade de promover o aprimoramento institucional. Com ela será possível ter uma visão geral de todos os macroprocessos finalísticos, macroprocessos gerenciais e macroprocessos de suporte, a partir da missão institucional de promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental. “A Cadeia de Valor organiza processos, evidencia seus relacionamentos, permite buscar sinergias e possibilita analisar quais processos são passíveis de aprimoramento ou de reestruturação. Tudo isso mostra caminhos que a organização pode adotar de forma a impulsionar seus resultados”, explicou Larissa Pitrez, coordenadora-geral de Planejamento da Diretoria-Executiva (Direx).

Até 2020, como resultado das metas estabelecidas, baseadas em temas materiais priorizados e levando-se em conta as ações da Funasa na Lei Orçamentária Anual (LOA), o Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp) e o Departamento de Saúde Ambiental (Desam) elencavam e vinculavam as suas ações, projetos e programas

Macroprocessos finalísticos e valores públicos segundo a nova Cadeia de Valor da Funasa.

MISSÃO: Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.



Fonte: Relatório de Gestão de 2020 da Funasa, 2021.

Modelo de negócio da Funasa utilizado até o exercício 2020.



Fonte: Relatório de Gestão de 2020 da Funasa, 2021.

com as metas definidas pelo modelo de negócio vigente, relacionando os eixos de atuação com as ações orçamentárias da fundação no exercício. São ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos urbanos, controle da doença de Chagas, Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS), além do Projeto Remediar.

Eram consideradas na análise de risco das áreas finalísticas, as causas/impedimentos para o alcance dos objetivos, riscos dos objetivos estratégicos e as medidas tomadas para o enfrentamento. Como resultado, as áreas definiam os desafios remanescentes e os próximos passos, que se relacionam com o fortalecimento de recursos humanos, qualificação do fluxo de informações e aumento da disponibilidade de recursos orçamentários para a Funasa.

A partir da nova Cadeia de Valor, o processo será ajustado e a execução desses passos trará à fundação maior capacidade de acompanhamento dos instrumentos de repasse, além do apoio às instituições que recebem os recursos, tais como os pequenos municípios e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, entre outros.

Pesquisas e Tecnologia

Em termos de valor público a ser entregue e com intuito de reduzir o *déficit* de acesso à água potável nas comunidades rurais, especiais e tradicionais, por exemplo, em 2020 foram priorizadas as instalações de equipamentos de Solução Alternativa Coletiva Simplificada de Tratamento de Água com Zeólita (SALTA-z) pelas superintendências estaduais da Funasa.

O acesso à água potável nestes locais é prejudicado, entre outros motivos, pela geografia local e pelo espaçamento dos domicílios. Neste contexto, servidores da fundação desenvolveram o projeto SALTA-z - cuja tecnologia de tratamento de água é simplificada e de baixo custo de instalação e manutenção - para que os equipamentos possam ser instalados em comunidades que não são atendidas por sistemas de abastecimento de água tradicionais.

Após um tempo da criação da tecnologia e, depois de muitas experiências de implantação, a Funasa decidiu contratar pesquisas, por meio de parcerias com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Universidade Federal

de Viçosa (UFV) para avaliar a tecnologia e, assim, qualificá-la, bem como seu processo de implantação junto aos municípios.

As pesquisas têm o objetivo de avaliar o desempenho do equipamento e a implementação da tecnologia da SALTA-z, a partir de abordagem psicossocial dos atores locais. Os estudos subsidiarão o aprimoramento de todo o processo de concepção, implantação e monitoramento da SALTA-z nas comunidades.

Para o coordenador de Projetos, Pesquisas e Ações Estratégicas em Saúde Ambiental (Copae), do Departamento de Saúde Ambiental (Desam), Marcelo Lelis, a Funasa busca dar mais visibilidade a novas abordagens, conceitos e soluções inovadoras que observem as particularidades locais e as diferentes realidades encontradas em um país continental, como é o Brasil. “A pesquisa desenvolvida em parceria com a Universidade Federal de Viçosa e a Fiocruz, tem como objetivo aferir a eficiência da tecnologia SALTA-z. Para tanto, foi realizada a avaliação de desempenho utilizando os parâmetros básicos preconizados pela portaria de potabilidade da água para consumo humano. Outro desdobramento importante dessa parceria Funasa-Fiocruz diz respeito à pesquisa de avaliação da implementação da tecnologia SALTA-z junto aos atores sociais que receberam essa tecnologia em suas localidades, levantando os principais impactos da implantação da SALTA-z nas comunidades atendidas”, afirmou Lelis.

Assim, aos poucos, a fundação melhora processos, integra ações e sistemas e apresenta melhores resultados à sociedade, com transparência e integridade, com o objetivo de contribuir para universalização do saneamento nas áreas rurais, comunidades tradicionais e originárias, mudando os rumos e as vidas de milhões de brasileiros. ■

Por Milena Castro com supervisão de Daniel Ribeiro

Participação social no **SANEAMENTO BÁSICO** do Brasil **É PRIMORDIAL**

Panorama do Controle Social no Saneamento Básico, realizado pela Funasa e OPAS, analisou 88% dos municípios brasileiros e evidencia a importância da sociedade no controle de políticas públicas de saneamento

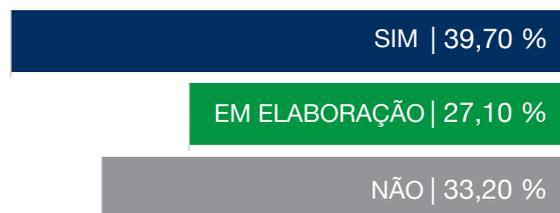
Com o intuito de melhorar o cenário das condições de saúde e a qualidade de vida no Brasil, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) publicou, no dia 4 de maio, o *Panorama do Controle Social no Saneamento Básico*, que destaca a importância da participação social na gestão de políticas públicas e a necessidade de capacitação dos gestores municipais.

A pesquisa foi realizada por meio da cooperação técnica entre a fundação e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em outubro de 2019, dando origem ao Documento Técnico contendo o *Panorama da Participação e do Controle Social no Saneamento Básico*. Nele foi recortado o universo com os municípios brasileiros de até 50 mil habitantes - campo de atuação da Funasa - totalizando 4.905 municípios, em 2019, sendo pouco mais de 88% de todos os municípios do Brasil.

Para a elaboração do estudo, foi realizado o cruzamento de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), do Governo Federal, atualmente, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR); do Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil, elaborado pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNS/MDR); da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) – Perfil dos Municípios Brasileiros – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), edição de 2017; do Painel Saneamento Brasil do Instituto Trata Brasil (ITB); de Estudos e pesquisas acadêmicas de várias instituições de ensino superior, particularmente, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que elaboraram o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab); e do 9º Caderno de Pesquisa em Engenharia de Saúde Pública, da Funasa, de 2018.

Dados apontam que 1/3 dos municípios não possuem uma Política Municipal de Saneamento Básico e o restante possui ou está em fase de elaboração. O estudo mostra ainda que a maioria das cidades avaliadas nem formou conselho de saneamento básico em suas administrações.

Existência de Política Municipal de Saneamento Básico (PMSB)



Fonte: Documento técnico do panorama, 2021.

Por conta disso, o Panorama se mostra essencial para observar o alinhamento dessas características, buscando o aprimoramento e a manutenção da participação social na universalização do saneamento. “É uma forma de garantir que a sociedade veja onde o recurso público está sendo utilizado e é isso o que a gente quer. É o que queremos: que a população, que vai receber a obra da Funasa ou o benefício, tenha consciência de onde está vindo o recurso, da boa utilização e que consiga cobrar o gestor municipal”, explica Alexandra Lima da Costa, analista de Infraestrutura em Saneamento, da Coordenação de Assistência Técnica à Gestão em Saneamento (Coats), do Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp) da Funasa.

Validade dos dados após o novo marco legal do saneamento

Todo o estudo foi regido, levando em conta a antiga Lei Nacional de Saneamento Básico - Lei nº 11.445/2007 -, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e determina o controle social como atividade obrigatória para a política pública de saneamento básico, e o Decreto Federal nº 7.217, de 2010, que regulamenta esta Lei. Mesmo com a sanção do novo Marco Legal do Saneamento - Lei nº 14.026 -, em 15 de julho de 2020, alguns aspectos da prestação de serviços no setor foram atualizados, mas as diretrizes que regem o controle social foram mantidas, o que garante à sociedade participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

De acordo com Berenice de Souza, responsável pela pesquisa, o Panorama foi construído de maneira a ser atualizado, tendo em vista a disponibilidade dos dados da Munic, do IBGE, além de agregar outras fontes que forneçam dados sobre as variáveis que compõem o Panorama, com ênfase àqueles com população igual ou inferior a 50 mil habitantes, por se tratar do universo de atuação da Funasa.

Mesmo que os resultados ainda não sejam muito satisfatórios, em nada diminui a relevância do controle social para o bom funcionamento da política pública. Principalmente, em relação aos princípios que estão e sempre estiveram na lei, desde 2007, quanto à universalização e à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

“O exercício do controle social sobre a prestação dos serviços e, sobretudo, a participação popular sobre o processo de formulação da política pública, implementação, acompanhamento e avaliação dos resultados, são funções importantíssimas, assim como a regulação pública e a fiscalização dos serviços prestados por agentes prestadores, sejam eles públicos ou privados”, afirma Berenice.

Além disso, é possível inserir a agenda de saneamento municipal em conselhos já existentes. O estudo também aponta que metade dos municípios analisados realizam o controle social do saneamento no Conselho de Saúde e os demais em outros grupos. Ainda assim, menos de 30% dos municípios afirmam haver participação social por meio de debates e consultas públicas, revelando a inconsistência significativa nas respostas por desconhecimento, o que desfavorece o aprofundamento do tema e que evidencia a necessidade de qualificação dos gestores.

As dificuldades de entendimento dos municípios e a desorganização dos conselhos nas proposições impactam negativamente os resultados, justamente onde se formula a política pública, elabora o PMSB e valida os contratos de prestação dos serviços.

O Panorama revela que 56% dos municípios avaliados não possuem dados básicos sobre saneamento como a sistemática de remuneração dos serviços - taxas, tarifas, revisões e reajustes, entre outros aspectos relevantes da gestão. “Não quer dizer que não fizeram. Alguns apenas não sabem responder se os mecanismos estão sendo implementados ou não”, ressalta Berenice.

Existência e composição de Conselho de Saneamento Básico



Fonte: Documento técnico do panorama, 2021.



Acesse o documento técnico do panorama

Por Isabella Almeida com supervisão de Daniel Ribeiro

SAÚDE E DIGNIDADE: a Funasa levou água para mais de 4,4 mil famílias na Bahia

Por meio da perfuração de poços financiada pela Funasa, diversas comunidades baianas passaram a ter acesso fácil e seguro à água

Entre 2018 e 2020, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) viabilizou a perfuração de 230 poços tubulares no estado da Bahia. O investimento alcançou o valor de R\$ 4.999.870,14 e passou a levar água para a população de diversas localidades que conviviam com escassez de recursos hídricos. Para realização das perfurações, foi contratada uma empresa, que visitou 248 localidades, em 66 diferentes municípios da Bahia.

A ação passou a atender 4.473 famílias. Assim, mais uma vez, a Funasa cumpre seu papel de promover a inclusão social e a saúde pública, substituindo as longas caminhadas até açudes – e a ansiosa espera pelo caminhão-pipa – por um sistema de água acessível dentro da comunidade e obtendo, como consequência, a redução de contaminação da população por doenças de veiculação hídrica.

De acordo com o geólogo da Funasa, Ademar Zanini, a maioria dos poços foram perfurados em áreas com escassez de água. “Os poços foram perfurados principalmente para atendimento às comunidades rurais, a maioria sem acesso à água potável ou com acesso apenas através de cisternas, em regiões de baixa pluviosidade, ou seja, muito dependente das operações de carros-pipa para abastecimento”, disse Zanini.

A Funasa foi procurada pelos municípios após as estiagens, nos anos de 2016 e 2017, para atendimento emergencial às comunidades afetadas pela seca. Após o contato inicial foi montada uma planilha com as localidades que seriam visitadas para verificar o atendimento aos critérios de seleção.

Para a superintendente da Funasa na Bahia, Keyla Oliveira, os poços são de grande importância para as comunidades que sempre enfrentaram os problemas causados pela falta



Perfuratriz de poço artesiano no estado da Bahia.

Foto: Suest-BA/Funasa

d'água. “Por se tratar de localidades situadas em grande parte na região do semiárido baiano, muitas das localidades sequer dispunham de fonte de água para abastecimento das comunidades, tendo de recorrer à acumulação das águas das chuvas em cisternas individuais, pequenos açudes ou barreiros, ou ainda, através do fornecimento emergencial por carros-pipa”, ressaltou.

Como funciona a ação

A perfuração de poços profundos é um dos serviços executados pela Funasa, com foco em levar recursos hídricos e qualidade de vida à população. As solicitações de construção de poços tubulares somente poderão ser realizadas por dirigentes de estados, Distrito Federal e municípios e serão realizadas pela própria fundação ou por meio de celebração de Acordo de Cooperação Técnica; Termo de Execução Descentralizada; Convênio ou Contratos administrativos.

Os novos trabalhos deverão seguir a Portaria Funasa nº 6.028/2020, que disciplina as atividades de Hidrogeologia e Geologia Ambiental da Funasa. Saiba mais no endereço eletrônico <http://www.funasa.gov.br/sistema-eletronico-de-solicitacao-de-construcao-de-pocos-tubulares>.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E PRIORIZAÇÃO:

- POÇO COM OBJETIVO DE PROMOVER O ABASTECIMENTO PÚBLICO;
- LOCALIDADES RURAIS DE, NO MÍNIMO, CINCO FAMÍLIAS OU 25 HABITANTES, EM COMUNIDADES AGLOMERADAS OU CASAS DISPERSAS, COM DISTÂNCIA MÁXIMA DE UM QUILOMETRO DE RAIO;
- LOCALIDADES DESPROVIDAS DE FONTES DE ABASTECIMENTO PÚBLICO, COM ABASTECIMENTO OU INTERMITENTE;
- LOCALIDADES COM FONTES DE ABASTECIMENTO SEM QUALIDADE ADEQUADA PARA O CONSUMO HUMANO (NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA FONTE DE ABASTECIMENTO);
- LOCALIDADES COM SISTEMA PÚBLICO DE ABASTECIMENTO COM VAZÃO INSUFICIENTE PARA ATENDIMENTO A TODA POPULAÇÃO (COMPLEMENTAÇÃO DA OFERTA); E
- LOCALIDADES COM POTENCIAL HIDROGEOLÓGICO FAVORÁVEL E COM PERFIL DE CAPTAÇÃO ESTRATÉGICA PARA DISTRIBUIÇÃO EMERGENCIAL DE ÁGUA (FONTE PARA CARROS-PIPA).